

EPISTEMOLOGIA NOS EDITORIAIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

EPISTEMOLOGY IN EDITORIALS: A DISCURSIVE ANALYSIS OF SCIENTIFIC JOURNALS IN RELIGIOUS STUDIES

Mailson Fernandes Cabral de Souza¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o funcionamento discursivo de três periódicos científicos, na área de Ciências da Religião, que tratam do tema epistemologia. Para isso, analisamos, nos editoriais desses periódicos, declarações gerais usadas para designar os principais problemas referentes ao tema que são enfrentados no âmbito das Ciências da Religião no Brasil. A questão central de nossa investigação é saber a que configurações ideológicas essas dificuldades podem ser remetidas e que sentidos são mobilizados a cada vez que o termo epistemologia é retomado. Com isso, pretendemos apontar, nos discursos, as posições ideológicas em jogo e seus efeitos nesse debate.

Palavras-chave: Epistemologia. Análise do Discurso. Editorial.

Abstract: This paper aims to analyze the discursive functioning of three scientific journals, in the area of Religious Studies, which deal with the theme epistemology. For this, we analyzed in the editorials of these journals general statements used to designate the main problems related to the theme that are faced in the scope of the Religious Studies in Brazil. The central question of our investigation is to know to what ideological configurations these difficulties can be referred and what meanings are mobilized each time the term epistemology is taken up. With this, we intend to point out, in the speeches, the ideological positions at stake and their effects in this debate.

Keywords: Epistemology. Discourse Analysis. Editorial.

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
mailsoncabral@yahoo.com.br

“O que se trata de perceber, por outro lado, é que a evidência e o absurdo são primos, primos carnais, e, precisamente, que muitas evidências que neste momento são tomadas como tais, e muitos absurdos que também tomamos como tais, aparecerão retrospectivamente como absurdos, e vice-versa. Pode ocorrer essa possibilidade” (PÊCHEUX, 2019, p. 324).

Introdução

O debate sobre o estatuto epistemológico das Ciências da Religião (doravante CR) no Brasil não é novo. As primeiras discussões sobre o tema datam de meados da década de 1990 (FIGUEIRA, 1993; OLIVEIRA, 1996). Apesar disso, é somente a partir dos anos 2000 que despontam as publicações que abordam de forma mais sistemática e abrangente a questão, das quais destacamos os trabalhos organizados por Teixeira (2001), Ferreira e Ribeiro (2012) e Passos e Usarski (2013). Vários artigos², livros e capítulos de livros sobre o assunto também foram publicados ao longo dos anos, contribuindo para a sedimentação de uma imagem da epistemologia das CR no Brasil (FILORAMO; PRANDI, 1999); (MENDONÇA, 2004); (GRESCHAT, 2005); (USARSKI, 2006); (CAMURÇA, 2008), (STARK; BAINBRIDGE, 2008); (GROSS, 2012); (CRUZ, 2013); (PIEPER, 2017); (SILVEIRA; MORAES, 2017); (VILLAS BOAS, 2020); (RIBEIRO; CAMPOS; ALMEIDA, 2020). Esse processo aconteceu de forma paralela à expansão dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em CR no Brasil nas últimas duas décadas. Somado a isso, em 2016, as CR e a Teologia conquistaram o status de área de avaliação autônoma junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

2 Uma série de publicações tem trazido essa discussão à baila. Para nos atermos aos periódicos científicos, deixando no corpo do texto apenas livros e capítulos de livros, citamos o conjunto de entrevistas feitas por Marques e Rocha (2007) com alguns dos primeiros professores da área no Brasil; uma seção temática da Revista *Numen*, publicada em 2012, com diversos artigos que tratam sobre a história dos principais programas de CR; dois dossiês organizados pela Revista *Paralleus*, um em 2015 e outro em 2016, dedicados às técnicas, métodos e tendências de pesquisa em CR; uma edição da Revista *Sacrilegens*, em 2017, com alguns de seus artigos dedicados à epistemologia; um dossiê destinado às epistemologias dos estudos de religião na Revista *Interações*, em 2018; um dossiê da REVER, dedicado à história das CR na PUC-SP, em 2019; um dossiê da Revista *Reflexus* sobre epistemologias e metodologias das CR, 2020.

Superior (CAPES), não sendo mais uma subcomissão da área de Filosofia³. Essas conquistas marcam, assim, uma importante fase da área para os seus respectivos pesquisadores e programas de graduação e pós-graduação.

Tais fatores ocasionaram maior atenção sobre o delineamento político-institucional das CR, e a questão da epistemologia se tornou um ponto central para essa discussão. Com isso, instalou-se uma disputa acerca de qual seria a paternidade teórica das CR, isto é, como, e sob quais circunstâncias, poder-se-ia falar de um quadro teórico-metodológico que seja próprio às CR e do qual se possa traçar uma genealogia? Nesse debate, Souza (2018) aponta que os referentes históricos de constituição da área são silenciados, seja em detrimento de uma história internacional do campo, que viria a se encaixar com a história brasileira – colando-se numa espécie de superfície lisa e sem falhas –, seja em defesa de uma interdisciplinaridade que suprimiria qualquer característica inerente ao campo em favor de uma contínua abertura teórico-metodológica. A história das CR seria, desse modo, influenciada por determinações de ordem institucional e ideológicas, ao passo que as CR seguem como se não tivessem memória disso.

Com o intuito de observar esse fenômeno e entender que relações de força são mediadas e reproduzidas nesse debate, centramos a nossa análise em como a problemática da epistemologia tem emergido nos periódicos científicos de CR após o ano de 2016, período que marca a criação da área de avaliação autônoma. Para isso, selecionamos três dossiês dedicados ao tema publicados pelos periódicos *Sacrilegens*, *Interações* e *REVER*, sendo eles lançados nos anos de 2017, 2018 e 2019. Escolhemos

3 “Historicamente, os programas de pós-graduação em Ciências da Religião e Teologia estavam locados na Área de Avaliação de Filosofia da CAPES, sendo uma de suas subcomissões. Em ordem decrescente, poderíamos exemplificar essa hierarquia da seguinte forma Grande Área do Conhecimento (Ciências Humanas) → Área (Filosofia/Teologia) → Subcomissão Filosofia (dividida em sete subáreas) e subcomissão Teologia (dividida em oito subáreas). Até o ano de 2015, a nomenclatura *Ciências da Religião e Teologia* não era utilizada para classificar a subcomissão Teologia, embora o termo Ciências da Religião já aparecesse em quatro das subáreas” (SOUZA, 2019, p. 260). O mesmo reconhecimento, no entanto, não se deu no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), espaço em a área de CR e Teologia continua – até o momento da redação deste artigo – ligada à área de Filosofia. As questões de ordem política e institucional que levaram a esse entrave escapam ao escopo de nosso artigo. Apesar disso, uma das implicações negativas que podemos destacar é a baixa distribuição de bolsas de pesquisa do CNPq para as CR e Teologia, quando comparadas a Filosofia.

os editoriais desses dossiês, a fim de procurar declarações gerais usadas nas CR para designar (explicitamente ou não) o seu domínio e os seus objetivos, bem como as principais dificuldades que são enfrentadas acerca do tema epistemologia. A questão central que atravessa a nossa investigação é a de saber a que configurações ideológicas essas dificuldades podem ser remetidas e que sentidos são mobilizados a cada vez que o termo epistemologia é repetido. Pretendemos, com isso, apontar as posições ideológicas em jogo e os seus efeitos nesse embate.

Para essa empreitada, organizamos o presente artigo na seguinte ordem: a) apresentação dos aspectos que caracterizam um periódico científico; b) exposição do referencial teórico adotado, a Análise do Discurso de linha francesa desenvolvida por Michel Pêcheux; c) os principais aspectos metodológicos empregados na análise; d) a análise discursiva dos editoriais; e) por fim, apresentaremos nossas considerações finais e possíveis encaminhamentos para essa discussão.

A construção de um período científico

O surgimento dos periódicos científicos remonta ao século XVII: “após um longo período de troca informal de cartas entre pesquisadores (cartas de Père Mersenne, 1617-1637). Sua função era de reunir estudiosos em torno de pesquisas em comum e, ainda, controlar a atividade científica” (BÉGAULT, 2009, p. 91). Incorporando-se a prática científica e assumindo um papel de perícia e arbitragem, os periódicos se tornaram parte da produção científica, fornecendo maior circulação às pesquisas. A proposta de um periódico científico originava-se também como uma alternativa para o livro, tendo como objetivo sanar os problemas referentes à demora na divulgação do conhecimento, imparcialidade e visibilidade para as pesquisas. Apesar disso, será somente a partir do século XIX que os periódicos adquirem a forma pela qual o conhecemos⁴, ou seja, com validação identificada por comitê editorial composto por especialistas de suas áreas do conhecimento – a chamada revisão por

4 Inicialmente os periódicos receberam a denominação de jornal. É no século XX que esse termo será substituído pelo termo periódico (BÉGAULT, 2009). Apesar disso, ainda é possível, e muito frequente, encontrar periódicos que utilizam o termo jornal ou revista.

pares (peer review) (BÉGAULT, 2009).

São múltiplas as funções desempenhadas pelos periódicos na comunicação científica, sendo exemplos disso: a divulgação de pesquisas e arquivamento; retenção de propriedade intelectual; controle da qualidade científica; e a avaliação dos pesquisadores (BÉGAULT, 2009). O advento da internet, e sua respectiva popularização nos anos 1990, teve um importante papel na divulgação e no acesso às pesquisas científicas publicadas em periódicos, permitindo um aprofundamento no fluxo de informação e de conhecimento entre pesquisadores ao redor do mundo:

A internet permite uma grande divulgação de conhecimento, que as primeiras trocas de correspondência e os periódicos da Europa do século dezessete permitiam de forma mais modesta. O movimento de arquivos abertos é uma reaparição das antigas trocas de conhecimento, incluindo aquelas que ocorriam em forma de carta. (...) Este movimento é como um retorno à antiga forma de intercâmbio científico (BÉGAULT, 2009, p. 95).

Nesse contexto, os periódicos científicos se tornaram o principal canal da comunicação científica formal, sendo uma fonte de documentação e comunicação eletrônica e digital que veicula as mais diferentes pesquisas científicas, além de possibilitar maior equidade de acesso entre pesquisadores de países desenvolvidos e em desenvolvimento⁵ a esse material. Como efeito desse avanço, as práticas informacionais de pesquisa determinam – ou ao menos direcionam – as práticas de leitura e de escritura⁶ da investigação científica, ampliando o horizonte de possibilidades para as pesquisas.

5 A definição de periódico científico em meio eletrônico que apresentamos, a seguir, arremata o que foi dito até aqui: "(...) entende-se por periódico científico eletrônico aquela publicação que pretende ser continuada indefinidamente, que apresente controle de qualidade dos trabalhos publicados aceitos internacionalmente, e que disponibilize o texto completo do artigo através de acesso on-line, podendo ter ou não uma versão impressa ou em outro tipo de suporte" (OLIVEIRA, 2008, p. 71).

6 "O que diferencia a escrita tradicional da eletrônica é a possibilidade de se criar links. O hipertexto fornece mais conhecimento ao usuário" (BÉGAULT, 2009, p. 94).

Diante desse quadro, o processo editorial de um periódico ganha destaque, posto que ele deva ser executado a partir de critérios dirigidos para a produção de artigos que apresentem uma consistência científica adequada a seu escopo. No processo editorial, o editor – ou o corpo editorial – é uma figura chave, pois ele verifica o conteúdo e a consistência dos pareceres, buscando garantir uma avaliação equitativa do manuscrito. A função do editor está para além da simples gestão administrativa do periódico, ele é também um intermediador entre autores e avaliadores, assegurando que o processo editorial ocorra com transparência e isonomia (VASCONCELOS, 2017).

Em síntese, a proposta de um periódico científico é a de construir e desenvolver o conhecimento de uma determinada área científica. Nesse sentido, o processo editorial se projeta para além dos procedimentos técnicos que compreendem as etapas pelas quais um artigo deverá passar quando submetido a um periódico até ser aceito ou rejeitado para a publicação, envolvendo, por conseguinte, a divulgação dos artigos para que sejam lidos e citados.

Cada número ou volume de um periódico contém uma seção inicial chamada editorial. Essa seção não é apenas de teor informativo e descritivo sobre os artigos publicados, mas possui também um valor opinativo sobre o que é dito neles. Em outros termos, um editorial expressa uma visão daqueles que estão envolvidos no processo editorial sobre o que é apresentado em um dado número do periódico. Entender – e recuperar discursivamente – os aspectos ideológicos que atravessam o processo editorial e organizam o seu posicionamento é o que pretendemos nessa análise. Para isso, cumpre apresentar o marco teórico-metodológico de nossa investigação: a Análise do Discurso.

Ideologia e produção material do sentido

Na Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), desenvolvida por Michel Pêcheux, o conceito de discurso emerge como um espaço teórico em que questões referentes à língua e ao sujeito estão entrelaçadas com a ideologia e a história. O discurso é definido por Pêcheux (1997) como o efeito das filiações sócio-históricas de identificação

dos sujeitos e dos sentidos, e do trabalho de deslocamento dessas filiações. Nas palavras do autor:

(...) todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

O discurso se refere, assim, a um processo social cuja materialidade é linguística, e também permite observar as relações de força e de sentido que se constroem na língua e que são historicamente determinadas. Pêcheux (2014), dada a sua vinculação ao materialismo histórico, defende que na produção de sentido de um discurso, intervêm relações de força que remetem a processos ideológicos e à luta de classes.

Para Pêcheux (2014), a ideologia é o que fornece as evidências do caráter material do sentido, na medida em que faz com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem e ocultam, sob a impressão de transparência da linguagem, a materialidade do sentido das palavras e dos enunciados. A ideologia funcionaria não como falsa consciência ou ofuscamento do real, porém como a relação imaginária que os indivíduos mantêm com suas condições reais de existência. Ela interpela o indivíduo como sujeito de seu discurso – o que não ocorre, necessariamente, de forma consciente para o indivíduo – e determina os sentidos que ele estabelece dentro das relações sociais. A noção de sujeito designa, assim, uma posição discursiva numa formação social, não sendo uma referência direta ao sujeito empírico.

Nesse sentido, todo discurso pode veicular elementos ideológicos porque “o discurso representa no interior do funcionamento da língua efeitos da luta ideológica e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior ideologia” (LIMA, 1990, p. 22). Em outros termos, a existência do processo discursivo pertence constitutivamente e de forma coextensiva ao campo da luta ideológica e política das classes. Tal luta não é um encontro entre dois mundos preexistentes e anteriores a qualquer situação de confronto em que a classe mais forte impõe sua ideologia sobre a classe mais fraca. A luta de classes é uma das expressões das contradições e dos antagonismos sociais. Ela é o processo em

que reproduzimos e transformamos as relações sociais, isto é, a forma como produzimos a nossa existência na sociedade. E o que determina como essa luta atravessa as diferentes instâncias é o sistema de mediações dominantes, ou seja, os espaços em que a luta se desdobra. Pensada em relação com a linguagem, ela corresponde a uma disputa por significação: “uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história” (PÊCHEUX, 2016, p. 273). A luta de classes, por meio das contradições que lhe atravessam, organiza e estrutura o discurso sem lhe conferir uma síntese.

Sob esse viés, a eficácia da ideologia não ocorre unicamente em razão da interpelação-identificação dos indivíduos em sujeitos, mas está atrelada a um processo de repetições mais ou menos reguladas na produção de sentido nos discursos. Isso permitiria o retorno do que foi dito antes, anteriormente e independentemente no que é dito agora, no fio do discurso, isto é, na “repetição no modo do reconhecimento de enunciados e no modo do desconhecimento do interdiscurso” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 51). A eficácia ideológica reside no fato de que um discurso adquire a sua aderência quando o retomamos. Há repetições que fazem discursos: o que foi dito alhures retorna, reaparece. Esse retorno dos dizeres, em outra conjuntura, marca também a ruptura da identidade do que retorna, fazendo esse mesmo retornar como outro. Repetições dos instantes e do passado pulsam, desse modo, na produção material do sentido. É nesse movimento que o discurso se realiza como “um espaço de reformulações, de encadeamentos, de dispersões, de repetições, de desconexões” (LIMA, 1990, p. 21).

A partir do momento em que um enunciado é reformulado em um discurso por um indivíduo numa dada conjuntura, a repetição adquire uma dupla modalidade: a de repetição por elementos em extensão e a de repetição vertical. A primeira corresponde ao que se repete horizontalmente no enunciado, as marcas linguísticas (palavras, expressões, proposições), e que sustenta o encadeamento e a ordem do dizer: “são os elementos que observamos ao considerar um fragmento de sequência discursiva como determinado por um enunciado e que nele toma lugar” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 47). A segunda remete aquilo que foi dito em uma construção anterior, exterior e independente da sequência, mas que lhe fornece o sentido: “um não sabido, um não reconhecido deslocamento e

que se desloca no enunciado” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 47). Repetição extensiva do mesmo, repetição vertical do outro. Essas modalidades da repetição coexistem e se combinam – a repetição em extensão evocando e traduzindo a repetição vertical no fio discursivo –, determinando os sentidos.

Uma inferência que pode ser feita a partir do funcionamento das repetições no discurso é que a ideologia não se apresenta de forma pura, mas em formações ideológicas, que “remetem a coisas diferentes, e por outro lado, às mesmas coisas, mas combinadas” (PÊCHEUX, 2019, p. 314). As formações ideológicas têm o caráter de identidade e de contrariedade numa formação social – e em suas respectivas práticas linguísticas. As formações ideológicas têm o seu referente, no discurso, por meio das formações discursivas⁷. São as formações discursivas que permitem estabelecer as regularidades no funcionamento do discurso, ou seja, os domínios semânticos sob os quais as palavras adquirem seus sentidos – determinando o que pode e deve ser dito e regulando a ordem do dizer dos sujeitos (PÊCHEUX, 2014). O complexo dessa relação entre formações ideológicas e discursivas recebe a designação de interdiscurso.

Segundo Pêcheux (2014), o interdiscurso intervém como aquilo que regula o deslocamento das fronteiras das formações discursivas. É por meio dele que os dizeres capazes de serem enunciados são disponibilizados, formando a memória social (discursiva) e registrando-a no fio do discurso, isto é, o eixo de funcionamento do discurso em relação a si mesmo. Nesse processo, um dos efeitos do interdiscurso é o de pré-construído. Ele remete aquilo que foi dito em uma construção anterior, exterior e independente da sequência, mas que lhe fornece sentido, sendo um não-dito que determina a ordem do

7 O conceito de formação discursiva foi inicialmente formulado por Michel Foucault, sendo definido como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2004, p. 133). Esse conceito é reconfigurado por Pêcheux (2014) e a ideologia passa a ser tomada como o princípio organizador de uma formação discursiva. A partir da formulação proposta por Pêcheux, o conceito de formação discursiva permite estabelecer as regularidades no funcionamento discursivo, isto é, os domínios semânticos sob os quais as palavras adquirem seus sentidos, aquilo que, numa dada conjuntura, determina o que pode e deve ser dito, delimitando e regulando a ordem do dizer dos sujeitos.

dizer. São os efeitos do interdiscurso⁸ que atribuem inconsistência às formações discursivas, conferindo-lhes fronteiras porosas. Em razão disso, os saberes de uma formação discursiva são constantemente atravessados pelos saberes de outra formação, ou seja, o que é dito numa formação discursiva se repete sob diferentes modalidades noutras formações. Tal inconsistência pode atuar nas formas da heterogeneidade, da descontinuidade e da contradição na composição do fio discursivo, sendo observáveis nas séries de formulações dos enunciados (COURTINE; MARANDIN, 2016). É justamente do rastreo e da leitura desses trajetos sinuosos que tecem a ordem e os sentidos do discurso que a AD se ocupa.

Aspectos metodológicos

Para compor o corpus de análise, selecionamos três editoriais das seguintes revistas: Revista *Sacrilegens*⁹, um “mini dossiê” sobre “Epistemologia da Ciência da Religião” (CAMPOS, 2017, p. 1), em 2017; Revista *Interações*, dossiê *Estudos de Religião: Epistemologias*, em 2018; REVER, dossiê *40 anos de Ciência da Religião*, em 2019. Os textos discutem a questão epistemológica das CR por vieses distintos. O interesse de nossa análise é abordar como o termo epistemologia é construído como objeto discursivo no espaço editorial dessas revistas. Isto é, apreender o seu funcionamento discursivo no campo argumentativo do editorial. A argumentação, nesse sentido, é compreendida como uma das redes constitutivas do discurso, estando diretamente relacionada a outras redes, tais como a enunciação e as condições de produção (LIMA, 1990).

A questão levantada é saber que relações sociais são mediadas e reproduzidas num determinado funcionamento discursivo. O que implica em perguntar por que um

8 Efeito de inconsistência sobre uma série de formulações nos enunciados, deixando entrever um discurso-outro, uma exterioridade que trabalha no interior de um discurso, conferindo-lhe sentido. Os efeitos do interdiscurso descritos por Pécheux (2014) são o pré-construído, discurso transverso e o discurso relatado (direto, indireto, indireto livre, etc.). Para uma explicação mais detalhada desses conceitos e sua aplicação, conferir Souza (2019). Neste artigo, iremos nos ater apenas aos efeitos ideológicos da repetição no fio discursivo.

9 A Revista *Sacrilegens* não adotou um título para esse número. Outra característica é que o editorial cedeu à função opinativa para um prefácio escrito por Décio Passos, e limitou-se a apresentação dos artigos. Neste caso específico, a nossa análise se ocupará desse prefácio.

termo emerge num dado momento e não em outro, assim como o que está implicado e pressuposto nisso. Em nosso caso, trata-se de entender como o termo epistemologia produz seus efeitos de sentido nos editoriais selecionados e identificar, na repetição do termo, o que ideologicamente intervém determinando os seus sentidos. Para isso, utilizaremos os conceitos de formação discursiva e de pré-construído a fim de pinçar, no fio discursivo, os efeitos de sentido que o termo ganha nos editoriais. As sequências discursivas selecionadas, onze ao todo, estão indicadas em negrito (com a abreviatura SD) antes de sua apresentação e enumeradas cronologicamente. As marcações feitas nas SD aparecerão em itálico.

4 OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA EPISTEMOLOGIA NOS EDITORIAIS

O editorial da Revista *Sacrilegens* se inicia delineando uma definição geral de epistemologia e de ciência antes de adentrar na especificidade das CR:

SD1: As ciências estão em permanente construção. Embora a história de todas elas revele essa verdade, a consciência epistemológica desse dado não é unânime. (...) A imagem comum que entende a ciência como um conjunto completo e concluído de objetos, métodos e teorias expostos com coerência e clareza e instituídos como disciplinas, áreas, cursos e aplicações resiste à ideia de processo de construção (PASSOS, 2017, p. 4).

O argumento do parágrafo pode ser descrito da seguinte forma: as ciências estão em permanente construção, no entanto a consciência epistemológica desse dado não é unânime. Temos, assim, as ciências como um processo e a epistemologia como consciência desse processo – que se contrapõe a imagem de ciência completa e concluída. Tal consciência epistemológica seria uma percepção do processo de construção das ciências. Isso ganha contornos mais nítidos na sequência a seguir:

SD2: No jogo de singularização (delimitação dos territórios epistemológicos próprios) as árvores do conhecimento se esgalham criando as novas áreas e disciplinas e, por conseguinte, as novas nomenclaturas. Porém, as singularizações se confrontam e se fecundam mutuamente nas antigas e nas novas formas de

interdisciplinaridade. O singular gera o plural e o plural gera o singular. Contribuem para tanto não somente legitimações epistemológicas que expõem a coerência das abordagens que vão surgindo, como também legitimações políticas que instituem as ciências novas como ciências normais (PASSOS, 2017, p. 4-5).

Há uma dilatação/expansão no uso do termo epistemologia: um território a ser delimitado no jogo de singularização das ciências; legitimação que expõe a coerência das abordagens científicas. Na expressão jogo de singularização, inscreve-se algo interessante: a delimitação dos territórios epistemológicos próprios que geram novas áreas e disciplinas, ao passo que o progresso científico é apresentado sob a metáfora de uma expansão arborescente (uma topologia em árvore feita de várias redes e sub-redes). Direcionam esse processo de conhecimento duas espécies de legitimações: epistemológica e política. Em outras palavras: o desenvolvimento de uma ciência é legitimado por razões de ordem interior (epistemológicas) e exterior (política). A legitimação política teria o valor de instituir as ciências novas e normais, e, por conseguinte, direcionar sobre a legitimação epistemológica.

Uma vez descritos os componentes da consciência epistemológica, o editorial passa a tratar do caso das CR:

SD3: A ciência da religião se insere nesse jogo regular de legitimação dos conhecimentos. Por essa razão, falar de novo de seu estatuto é natural e necessário. Mas, a ciência da religião carrega ainda o peso do desconhecimento histórico a seu respeito, sobretudo no contexto brasileiro. Ainda que possa exibir uma história de mais de cem anos, com objeto e nomenclatura próprias, em nosso país manteve-se distante das universidades durante quase um século; do rol das áreas, disciplinas e cursos que compuseram o conjunto da instituição e permaneceu, por conseguinte, desconhecida das imagens da ciência normal portadas pelas comunidades científicas e pelo público de um modo geral. Nesse sentido, pode-se dizer que, mais do que outras áreas, trata-se de uma ciência em busca ainda de legitimação. Evidentemente, os cursos de pós-graduação (12) e de graduação (11) hoje existentes prenunciam uma nova fase para a área nas

IES brasileiras, à medida que mostra seus resultados nas pesquisas e no ensino. A história de construção dessa ciência no Brasil tem suas peculiaridades, o que resulta em boa medida no estado de legitimação atual em que se encontra. (...) Não se trata de reclamar por aquilo que ainda carece de legitimação, mas de tomar consciência da situação em que se encontra a Ciência da religião do ponto de vista institucional. E, nesse sentido, “falar de novo” de seu estatuto contribui com a exposição e o aprofundamento de suas vicissitudes e limites epistemológicos e políticos (PASSOS, 2017, p. 5).

As CR inserem-se no jogo de singularização e legitimações anteriormente traçado, ao passo que a epistemologia é um falar de novo. A princípio, esse falar retoma uma forma de conceber a área, marcada linguisticamente no próprio modo de designá-la – no singular, ciência da religião. Parte-se do efeito de pré-construído que a ciência da religião é uma ciência autônoma, com objeto e método próprios. Tais elementos caracterizariam a dominância de uma formação discursiva disciplinar regulando os sentidos dos enunciados: a ciência da religião como uma disciplina com suas próprias regras de pesquisa. Nessa formação discursiva, o pré-construído direciona os modos de se dizer a história da área como uma construção anterior e exterior à produção brasileira (a ciência da religião carrega ainda o peso do desconhecimento histórico a seu respeito, sobretudo no contexto brasileiro. Ainda que possa exibir uma história de mais de cem anos, com objeto e nomenclatura próprias...). O desconhecimento histórico (internacional) da ciência da religião é memória que não se inscreveu, que não se legitimou no rol das ciências no Brasil (trata-se de uma ciência em busca ainda de legitimação). Legitimação que entrelaçaria história, epistemologia e política. Logo, a necessidade de uma consciência epistemológica que perceberia esse processo de legitimação-construção (A história de construção dessa ciência no Brasil tem suas peculiaridades, o que resulta em boa medida no estado de legitimação atual em que se encontra). Os sentidos da história da construção da ciência da religião no Brasil são opacos na SD3, posto que as peculiaridades históricas dessa ciência, assim como suas implicações, são admitidas sem que sejam apresentadas. É dito tão somente que tal ciência ainda busca legitimação: essa legitimação ora aparecendo

como algo já existente, ora como algo a ser alcançado. É afirmado, paralelamente, que não se trata de reclamar por aquilo que ainda carece de legitimação, mas de tomar consciência da situação em que se encontra a Ciência da religião do ponto de vista institucional, isto é, tomar a consciência (epistemológica) em que se encontra a área no que tange a legitimação política (institucional). Nesse contexto, o falar de novo do estatuto da ciência da religião é a exposição e o aprofundamento de suas vicissitudes e limites epistemológicos e políticos. Isso coloca a questão da consciência epistemológica de forma central para o editorial:

SD4: A consciência da construção permanente é consciência histórica e política, não fosse epistemológica. A análise dos Programas que representam a área, bem como as suas práticas constitui, nesse sentido, um trabalho fundamental no momento histórico nacional, quando a Capes a institui como área própria em condomínio com a teologia. (...) A simples coabitação como área reconhecida não resolverá aquilo que se coloca como exigência epistemológica e, por certo, como política dos Programas. SOTER e ANPTECRE acabam de lançar a discussão de uma possível epistemologia comum para as duas abordagens. Por certo, sobre uma base comum, onde as ciências humanas se ancoram e constroem trânsitos inevitáveis e necessários, ciência da religião e teologia terão que se afirmar em suas especificidades e mostrar, ao mesmo tempo, suas intercessões realizadas de modo implícito ou explícito tanto nos objetos comuns, quanto nos métodos e nos paradigmas teóricos. Quanto ao território comum das ciências humanas, o substrato metodológico construído no decorrer da história fornece suas regras e suas técnicas, de modo particular nos estudos empíricos da religião, seja na execução das abordagens diacrônicas, seja das sincrônicas (PASSOS, 2017, p. 6).

A consciência epistemológica é apresentada como uma consciência histórico-política, logo é a consciência da construção permanente das ciências. Essa tomada de consciência, no editorial, seria de fundamental importância, posto que CR e Teologia constituem uma área própria de avaliação junto à CAPES. Apesar disso, nada é dito sobre a aproximação histórica entre CR e Teologia no Brasil. Este é precisamente o dizer

que não se entrelaça na formação discursiva disciplinar: o surgimento das CR como um desdobramento do encontro da Teologia da Libertação com as Ciências Sociais¹⁰. Dessa intersecção no campo de estudos da religião, resultaria o funcionamento das CR como “uma câmara em que as diversas disciplinas das ciências humanas e sociais que versam sobre a temática religião se abrigam sem, no entanto, haver um deslocamento dessas disciplinas para a constituição de um campo do saber” (SOUZA, 2018, p. 76). A consciência epistemológica seria, assim, uma posição discursivamente assumida na defesa de uma formação discursiva disciplinar.

Nesse sentido, o editorial contorna os problemas de uma possível epistemologia comum para CR e Teologia, propondo que elas devem se afirmar em suas especificidades e mostrar, ao mesmo tempo, suas intercessões realizadas de modo implícito ou explícito tanto nos objetos comuns, quanto nos métodos e nos paradigmas teóricos. As imagens de jogo de singularização e da expansão arborescente na delimitação dos territórios epistemológicos não são evocadas nem trabalhadas nesse ponto. Sugere-se um voltar à história de modo particular nos estudos empíricos da religião, seja na execução das abordagens diacrônicas, seja das sincrônicas. E nisso se adensam as questões: quais estudos empíricos da religião legitimariam as duas disciplinas? No que as abordagens diacrônicas e sincrônicas podem contribuir nesse processo de construção permanente das ciências?

No segundo editorial existe uma preocupação em marcar uma posição holística sobre a epistemologia. A abordagem envereda para uma aproximação de teor histórico:

SD5: O termo epistemologia é polivalente e inclui um leque abrangente de questões que abarcam desde teoria do conhecimento e da investigação, passando pela filosofia da ciência, até problemas teóricos intrínsecos à determinada práxis científica ou teoria da ciência – tratando-se de um conjunto de problemas filosóficos e científicos que surgiram e se desenvolveram a partir dos séculos XVII e XVIII, mas que receberam um nível de sofisticação técnica e de profissionalização,

10 “[...] a gênese da área [CR] se liga a forma que teólogos e acadêmicos, oriundos de outros campos das ciências humanas, pensavam o fenômeno religioso: o de estudá-lo fora do âmbito da teologia tradicional e o de trazê-lo para a universidade brasileira que, dada a influência do positivismo, teria excluído o fenômeno religioso do centro de suas discussões e pesquisas” (SOUZA, 2018, p. 77).

sobretudo, nos séculos XIX e XX (...) No Brasil em particular, em virtude da forte influência do positivismo na academia, os estudos sobre epistemologia foram de fundamental importância para superar preconceitos e abrir espaço para a seriedade dos estudos no vasto campo das humanidades. Por esta razão se tornou comum, entre nós, desde os debates sobre reforma universitária em fins dos anos sessenta (1968), pesquisas dedicadas à epistemologia das ciências humanas: cujo intuito era o de acompanhar a *démarche* da atividade científica, determinando suas leis, o fio condutor de seus problemas e suas condições sociais e ideológicas (...) (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Admitem-se os múltiplos sentidos que o termo epistemologia adquire na história da filosofia e das ciências e sua evolução ao longo do tempo. Diferentemente do editorial anterior, procura-se resgatar as condições históricas de existência do debate epistemológico no Brasil e são apontadas as suas características. Após isso, passa-se ao caso específico das CR:

SD6: Se uma das principais tarefas da epistemologia é refletir sobre os fundamentos da ciência, em nosso caso, ela significa ocupar-se das especificidades das ciências da religião. Claro que este debate vai além de discussões meramente teórico-metodológicas, pois existem muitos condicionantes extrateóricos e até circunstanciais que atuam no processo de consolidação de uma comunidade científica. Porém, numa compreensão mais ampla do que seja epistemologia, devemos considerar estes condicionantes também como parte integrante da reflexão epistemológica, a propósito de sua dimensão político-acadêmica e do engajamento necessário de seus promotores para a efetivação de uma cultura epistemológica da área (PONDÉ, 2008). No entanto, seja para fins de política-acadêmica, seja para fins de justificação teórica, a questão nuclear para qual dirigimos nossa atenção se deixa formular da seguinte maneira: afinal, em que consiste o empreendimento científico que designamos aqui de estudos de religião? (OLIVEIRA, 2018, p. 9).

Na SD6 é definida a função da epistemologia nas CR: a de se ocupar das especificidades do campo, admitindo-se a existência de condicionantes extrateóricos e circunstanciais nesse processo que devem compor a reflexão epistemológica. Não é estabelecida uma divisão rígida entre epistemologia e política, colocando-se a política como parte integrante da epistemologia. O produto desse trabalho seria uma cultura epistemológica da área que permitiria interrogar em que consiste o empreendimento científico que designamos aqui de estudos de religião.

SD7: (...) quando dizemos de estudos de religião como campo de pesquisa, temos em mente normalmente a área de Ciências da Religião e Teologia – nomenclatura que se tornou recentemente nome oficial da área na CAPES (2016), muito embora ela já constasse em suas principais comunidades acadêmicas, tais como a Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER) e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE) (...) Como consequência e amadurecimento destes debates acadêmicos, Epistemologia das Ciências da Religião corresponde atualmente a uma dentre as oito subáreas da árvore de conhecimento da área de Ciências da Religião e Teologia na CAPES. (OLIVEIRA, 2018, p. 10).

O termo estudos de religião é utilizado como sinônimo para designar a área de Ciências da Religião e Teologia, adotando-se uma perspectiva plural na apresentação do campo de pesquisa. A regulação de sentidos operante é a de que as CR são constituídas a partir de um enfoque interseccional das disciplinas, o que nos remete a uma formação discursiva interdisciplinar (o termo ciências da religião, no plural, funcionaria com um indicativo disso). A composição plural não é tida como um problema nessa formação discursiva, nem é apagada a presença da Teologia no registro enunciativo. Ao falar de epistemologia, procura-se uma abordagem que tenha um referente comum para os estudos de religião (CR e Teologia). Essa proposta colocada pelo documento da CAPES, desdobra-se como um dos ramos da árvore do conhecimento da área: Epistemologia das Ciências da Religião. O objetivo desse ramo seria duplo: refletir sobre o estatuto científico da área e pensar questões referentes ao método e objeto da área: “Epistemologia das ciências

da religião: Reflexão teórico-metodológica ou metateórica; abordagens filosóficas sobre o conceito/definição de religião ou sua negação; psicologia da religião e fenomenologia da religião” (CAPES, 2016, p. 12). A apresentação dessa subárea no editorial é exposta como a consequência dos debates sobre epistemologia. No entanto, esse ramo contempla, na prática, apenas as CR, posto que a Teologia não integra as subdisciplinas evocadas nessa subárea. A polivalência do termo epistemologia encontra aqui um entrave: na busca por uma epistemologia comum não se perderia de vista a especificidade de cada um desses campos? Nesse sentido, é importante lembrar que a epistemologia também significa ocupar-se das especificidades das ciências da religião. A defesa da interdisciplinaridade acaba suprimindo a discussão acerca das características inerentes ao campo em favor de uma contínua abertura teórico-metodológica.

No editorial da REVER é relacionada à história das CR na PUC-SP¹¹, primeiro curso de pós-graduação da área no país, com a história das CR no Brasil, ressaltando a ideia de pioneirismo e protagonismo, tanto político-institucional como de reflexão epistemológica, do curso na PUC-SP:

SD8: O programa de ciência da religião da PUC-SP nasceu como as ciências de um modo geral: com o desafio de demonstrar sua estrutura epistemológica perante a comunidade interna, num primeiro momento e, em seguida, perante a comunidade científica gestada pelos órgãos reguladores do governo federal. Os estudos científicos de religião careciam não somente de uma tradição que lhe desse respaldo político e epistemológico, mas também padeciam de um desconhecimento generalizado por parte da própria comunidade acadêmica local e nacional. Não raro, eram confundidos com teologia ou preteridos às ciências sociais, espécie de mãe legítima e legal que devia amparar a abordagem científica sobre o religioso. Ademais, o habitat confessional, no caso da PUC, católico, favorecia, não raro, a mesma confusão ou distinção

11 O programa de CR da PUC-SP passou por uma recente mudança de nomenclatura que espelha os deslocamentos ideológicos em disputa na área. De *Ciências da Religião*, nome dado desde a fundação do programa, em 1978, o curso passou a ser denominado de *Ciência da Religião*, em 2015, apresentando uma configuração mais próxima da *Religionwissenschaft*. “A primeira edição da REVER que faz referência ao Programa como Ciência da Religião é do volume 15, n. 1, de 2015. As edições anteriores ainda faziam menção ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião” (VILLAS BOAS, 2018, p. 269).

epistemológica. A presença de professores teólogos e com alunos munidos de motivações teológicas e pastorais reforçava com naturalidade tal tendência que ainda persiste em muitos programas atuais. (OLIVEIRA; PASSOS, 2019, p. 7-8).

Na descrição do surgimento dos estudos científicos de religião é assinalada uma dupla ausência: a de uma tradição que lhe fornecesse um respaldo político e epistemológico e um desconhecimento por parte da comunidade acadêmica local e nacional. A Teologia e as Ciências Sociais são assumidas como ponto inicial de contato das CR, derivando disso os problemas de distinção epistemológica que a área sofre – e que já foram apontados nas análises das SDs precedentes. A procura de alunos com orientações teológicas e pastorais, assim como um corpo docente de teólogos, acabaria reforçando tal tendência que ainda persiste em muitos programas atuais. Isto é, o que persiste e reforça certa confusão/distinção epistemológica – e que se repete na ordem do discurso e na história – seriam as relações de aproximação e diferença entre CR e Teologia.

Nesse contexto, a epistemologia passa a ser apresentada como um tema ligado à memória institucional e à organização curricular:

SD9: A configuração curricular em vigor recoloca os estudos científicos da religião em duas grandes áreas de concentração que respondem, de um modo geral, pelos estudos empíricos e sistemáticos da religião, sendo que, em cada uma das áreas se alojam, respectivamente, as abordagens direcionadas à investigação teórica e empírica da questão. A natureza epistemológica dessa configuração atual expressa: a) uma nítida clareza da identidade da ciência da religião, distinta de outras abordagens na casa comum das ciências humanas; b) uma opção epistemológica e metodológica que privilegia o ensinar a fazer ciência da religião, mais que transmitir conteúdos sobre as religiões; c) portanto, um foco sistemático no aprimoramento metodológico da pesquisa de cada mestrando e doutorando; d) e, por conseguinte, uma busca de inserção do futuro pesquisador na vida acadêmica da comunidade científica da área (OLIVEIRA; PASSOS, 2019, p. 8-9).

Ao apresentar os elementos do que é designado como a natureza epistemológica das CR, são retomadas expressões da formação discursiva disciplinar (nítida clareza da identidade da ciência da religião, distinta de outras abordagens na casa comum das ciências humanas) que trariam um efeito de clareza no modo de ensinar e fazer ciência da religião e na caracterização do próprio objeto religião. Isso teria, por resultado, um aprimoramento metodológico dos discentes, tanto em suas pesquisas como em oportunidades de inserção profissional na área. Há, com isso, a construção de identidade de uma área tomando como ponto de partida a história da disciplinarização das CR em uma instituição específica.

A partir dessa demarcação, passa-se para uma definição de CR como ciência que opera a partir do exame epistemológico de si mesma e de suas relações com outras abordagens próximas:

SD10: Uma concepção de ciência da religião como ciência que opera a partir do exame epistemológico de si mesma e de suas relações com outras abordagens próximas, que se dedica a objetos empíricos e as linguagens religiosas e que visa aplicar seus resultados em questões atuais emergentes, constitui a esteira comum das instâncias. A atual Área 44 da Capes assume como base esse desenho epistemológico, a partir da árvore do conhecimento oferecida pela ANPTECRE (OLIVEIRA; PASSOS, 2019, p. 9).

A concepção disciplinar de CR é entrelaçada com o documento da área, tomando como base a árvore do conhecimento contida nesse texto. No entanto, essa aproximação é assimétrica. A árvore do conhecimento é comum para CR e Teologia e assume um caráter plural e integrativo¹², balizada na noção de interdisciplinaridade. Isso cria problemas para uma nítida clareza da identidade da ciência da religião, posto que retoma a questão das relações de aproximação e diferença dos dois campos e acabaria reforçando tal tendência que ainda persiste em muitos programas atuais, admitida na SD anterior, uma

12 O que não significa, por sua vez, que CR e Teologia são apreendidas de forma semelhante no documento da área – ainda que se possa por em questão os limites e a eficácia das demarcações entre elas. O documento propõe uma árvore do conhecimento que possa ser utilizada por ambos os campos e reforça o caráter cooperativo. Para uma análise mais aprofundada, ler Souza (2019).

vez que a ciência da religião é entendida, nesse editorial, como uma disciplina autônoma, distanciando-se de uma tendência mais integrativa que organizaria o documento. Com isso, os dizeres de uma formação discursiva interdisciplinar são retrabalhados no interior de formação discursiva disciplinar. Essa contradição na composição do fio discursivo indica um deslocamento de fronteiras entre as duas formações discursivas que serviria como um efeito de encaixe, fornecendo uma relação de continuidade entre o que admitido como história da ciência da religião e o documento da área.

SD11: Vivenciamos, por certo, a fase mais vigorosa da área em nosso país, seja em termos de clareza epistemológica (publicizada e institucionalizada), seja em termos de organização e política e de produção científica. Os aspectos epistemológicos e políticos, inseparáveis na construção das ciências, se mostram presentes como tarefas de vigilância e de proposição permanentes. Assim como a esfera da investigação, a estruturação institucional e as ações político-acadêmicas de uma ciência exigem crítica e criatividade incessantes (OLIVEIRA; PASSOS, 2019, p. 9).

Na SD11 a clareza epistemológica é levantada como algo importante no atual contexto das CR no Brasil. Os aspectos epistemológicos e políticos implicam, assim, na tarefa da vigilância e proposições permanentes, assim como as ações político-acadêmicas de uma ciência exigem crítica e criatividade incessantes. Esse conjunto de práticas que compõe a clareza epistemológica, por seu turno, “se inscreve numa conjuntura historicamente determinada pelo estado das relações de desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 2014, p. 174). Em outros termos: tanto o saber científico quanto a epistemologia que se desenvolve a partir dele espelham as relações de desigualdade e de subordinação que atravessam a prática científica. A clareza epistemológica, sob esse viés, tem seu efeito de sentido dado por uma formação discursiva disciplinar. A clareza é menos um dado de fato do que uma construção discursiva de posicionamentos ideológicos que compõe as tendências epistemológicas em CR.

Considerações finais

Com efeito, as CR vivem o seu mais importante momento de expansão no país, ao passo que esse crescimento tem contribuído para o debate epistemológico. Apesar disso, o muito dizer sobre uma questão, e o fato dela ser teoricamente (e politicamente) debatida de maneira ampla, não é o mesmo que resolvê-la ou sanar aquilo que falha no processo de construção das ciências. É precisamente nos percalços da prática científica que a investigação epistemológica se produz.

Nesse sentido, o nosso estudo não se propôs a fazer uma conceitualização do que seja a epistemologia, tal qual um ramo da filosofia, porém como esse termo é trabalhado e significado nos editoriais, uma vez que se trata de uma análise discursiva desse material – sendo inclusive apontado, ao longo da análise, que cada um dos três editoriais possui uma noção distinta sobre o uso do termo. A epistemologia designa, portanto, mais uma problemática na constituição do discurso científico das CR do que a existência de um conceito sob uma palavra. Pensada em relação com a linguagem, a epistemologia das CR é um espaço discursivo que está em disputa por significação no interior de um campo do saber, sendo o termo epistemologia uma das marcas linguísticas das lutas e posições ideológicas que são constitutivas da área.

Sob essa ótica, analisamos como a epistemologia é tratada nos editoriais dos dossiês dedicados ao tema. Identificamos, no funcionamento discursivo dos enunciados, formações discursivas disciplinar e interdisciplinar regulando os efeitos de sentido do termo. Essas duas formações inscrevem sentidos distintos para a epistemologia, fazendo-a variar segundo as articulações nas quais ela é empregada. Isso porque as formações discursivas são abertas a encaixes e investimentos diversificados e não se impõem de maneira unívoca e consensual na produção de sentido de uma palavra, expressão ou proposição.

A epistemologia, tal qual aparece nas sequências discursivas do corpus, segue os trajetos discursivos descritos na análise e aqui sintetizados: 1) A consciência epistemológica de que as ciências estão em permanente construção, sendo a epistemologia um território a ser delimitado no jogo de singularização das ciências. Um falar de novo do estatuto da ciência da religião seria expor e o aprofundar suas vicissitudes e limites epistemológicos e

políticos; 2) A função da epistemologia nas CR seria a de se ocupar das especificidades do campo, admitindo-se a existência de condicionantes extrateóricos e circunstanciais nesse processo que devem compor a reflexão epistemológica. Procura-se uma abordagem que tenha um referente comum para os estudos de religião (CR e Teologia); 3) A definição de CR como ciência que opera a partir do exame epistemológico de si mesma e de suas relações com outras abordagens próximas e que contribui para uma nítida clareza da identidade da ciência da religião. A clareza epistemológica aparece como uma construção discursiva que reflete posicionamentos ideológicos que compõem uma das tendências epistemológicas em CR.

Esses três trajetos nos fornecem um mapa, ainda que parcial, do atual debate epistemológico das CR no Brasil. As tendências perfiladas nessa discussão sinalizam tanto pontos de descontinuidades – com seus impasses teóricos e esquecimentos históricos – como agenciamentos políticos e institucionais na conquista da autonomia desse campo de pesquisa. Para o aprofundamento desse estudo, fica por construir, em uma investigação posterior, uma articulação entre a análise discursiva do debate epistemológico das CR e a análise histórica de como os problemas concernentes aos métodos e o objeto da área foram e são debatidos nas últimas décadas no Brasil. Em síntese, percorremos algumas das linhas que tecem esse campo discursivo, mostrando parte dos fios que compõem essa malha e suas costuras.

Referências:

BÉGAULT, Béatrice. *O periódico científico, um papel para a mediação de informação entre pesquisadores: qual seu futuro no ambiente digital?* RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, n.3, v.3, p. 91-96, set., 2009. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/796>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CAMPOS, Humberto Miranda. Editorial. *Sacrilegens*, v. 14, n.1, p. 70-89, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/sacrilegens/article/view/26962/18643>. Acesso em: 6 dez. 2019.

CAMURÇA, Marcelo. *Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CAPES. *Documento da Área Teologia*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/74-dav/caa2/4643-teologia>. Acesso em: 23 jan. 2019.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.). *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 33-54.

CRUZ, Eduardo. *Estatuto epistemológico da Ciência da Religião*. In: PASSOS, João Décio e USARSKI, Frank. (Orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.

FERREIRA, Amauri Carlos; RIBEIRO, Flávio Augusto Senra. *Tendência interdisciplinar das Ciências da Religião no Brasil. O debate epistemológico em torno da interdisciplinaridade e o paralelo com a constituição da área no país*. *NUMEN (UFJF)*, v. 15, p. 249-269, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21852>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FERREIRA, Manuel Aníbal Vasconcelos. *O processo editorial: da submissão à rejeição (ou aceite)* (comentário editorial). *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 01-11, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331231867001.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FERREIRA, Manuel Aníbal Vasconcelos; CANELA, Renata; PINTO, Cláudia Frias. *O processo editorial nos periódicos e sugestões para a publicação*. *Revista de Gestão e Secretariado*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 01-22, mai./ago. 2014. Disponível em: https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/307/pdf_52. Acesso em: 11 nov. 2019.

FIGUEIRA, Eulálio Avelino Pereira. *O Estatuto Epistemológico da "Ciências da Religião"*. Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: PUC-SP, 1993.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião?* São Paulo: Paulinas, 2005.

GROSS, Eduardo. *A ciência da religião no Brasil: teses sobre sua constituição e seus desafios*. In: OLIVEIRA, K. L.; REBLIN, I. A.; SCHAPER, V.G.; GROSS, E.; WESTHELLE, V. (Orgs.). *Religião, política, poder e cultura na América Latina*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012, p. 13-26.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Ciências da Religião: do que mesmo estamos falando?* Revista Ciências da Religião - História e Sociedade, São Paulo, v. 2, n. 2, p.16-34, 2004. Disponível em: editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/2314/2163. Acesso em: 14 nov. 2020.

LIMA, Maria Emilia Amarante Torres. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

OLIVEIRA, Antonio Genivaldo Cordeiro de; PASSOS, João Décio. Editorial: *40 anos de Ciência da Religião*. REVER, São Paulo, v. 19, n.2, p. 7-11, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45188>. Acesso em: 21 out. 2019.

OLIVEIRA, Davison Schaeffer de. Editorial: *Epistemologia das Ciências da Religião*. Interações, v. 13, p. 8-13, 2018. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/18381. Acesso em: 21 out. 2019.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. *Inf. & Soc. Est.* João Pessoa, v.18, n.2, p. 69-77, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tes/article/view/1701>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de. *Teologia e ciências da religião: uma área acadêmica*. In: ANJOS, Márcio Fabri et al. (Org.). *Teologia: Profissão*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 95-109.

PASSOS, João Décio. Prefácio: *falar de novo da ciência da religião*. *Sacrilegens*, v. 14, n.1, p. 4-7, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/sacrilegens/article/view/26963/18644>. Acesso em: 21 out. 2019.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *As massas populares são um objeto inanimado?* In: ORLANDI, Eni. Puccinelli (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. *Linguística e Marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas*. In: OLIVEIRA, Gustavo; NOGUEIRA, Luciana. (Orgs.). *Encontros em análise de discurso: efeitos de sentidos entre continentes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019, p. 307-326.

PIEPER, Frederico Pires. *Ciência(s) da(s) Religião(ões)*. In: JUNQUEIRA, Sergio; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi. (Org.). *Compêndio de Ensino Religioso*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2017, p. 131-138.

RIBEIRO, Flávio Augusto Senra; CAMPOS, Fabiano Victor; ALMEIDA, Tatiane Aparecida de. (Orgs.). *Epistemologia das Ciências da Religião: pressupostos, questões e desafios*. Curitiba: CRV, 2020.

SILVEIRA, Emerson José Sena da.; MORAES JR, Manoel Ribeiro de. *A Dimensão Teórica dos Estudos da Religião: horizontes histórico, epistemológico e metodológico nas Ciências da Religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. *Problemas metodológicos em ciências da religião: uma estranha familiaridade*. *Interações*, v. 13, p. 73-93, 2018. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/17470. Acesso em: 26 abr. 2019.

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. *Epistemologia em disputa no arquivo: uma leitura do documento da Área de Ciências da Religião e Teologia. Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 3, p. 257-275, jul./dez. 2019. Disponível em: seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7367. Acesso em: 19 nov. 2019.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, Williams Sims. *Uma teoria da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. (Org.). *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil. Afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 297-322.

TRZESNIAK, Piotr. *A estrutura editorial de um periódico científico*. In: SABADINI, Aparecida; SAMPAIO, Maria; KOLLER, Sílvia. (Orgs.). *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: ABECiPsi, 2009.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes. Editorial: *A função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto alegre, v. 3, n. 1, p. 9-17, jan./abr. 2017. Disponível em: www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/view/34/0. Acesso em: 10 nov. 2019.

VILLAS BOAS, Alex. *Perspectiva Interdisciplinar da Teologia no Brasil: O debate epistemológico da Área de Ciências da Religião e Teologia. Interações - Cultura e Comunidade (Online)*, v. 13, p. 260-286, ago./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/18656>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VILLAS BOAS, Alex. *Introdução à epistemologia do fenômeno religioso interface: entre ciências da religião e teologia*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

Recebido em: 14/10/2020

Aprovado em: 18/12/2020